

LAR

Residência temporária de mulheres, em fase de reinserção, que não têm alternativas habitacionais.

Faz:

- Acolhimento;
- Acompanhamento psicossocial;
- Formação pessoal;
- Reuniões de grupo;
- Orientação para o conhecimento dos diferentes recursos da comunidade e utilização adequada dos mesmos;
- Estágios na cozinha;
- Actividades culturais;
- Férias no Verão e de acordo com as preferências das estagiárias, idas em grupo á praia, piscina, passeios, etc;
- Passagem de ano (véspera e dia), a Páscoa, os aniversários das estagiárias e o Natal (véspera e dia) num ambiente familiar.

No Lar funciona uma cantina, serviços de apoio e pronto-a-vestir social.

O Lar existe desde o ano de 1969. Na sequência do Trabalho de Rua (1967) e do Centro de Atendimento, começaram a surgir pedidos de raparigas para a mudança da sua situação, para encontrarem uma alternativa à prostituição. Era necessário encontrar um espaço onde pudessem residir para cortar com o circuito de exploração do sistema prostitucional.

O edifício onde está situado o Lar é propriedade da CML que alugou alguns andares ao Ninho.

O Lar é a residência temporária de jovens e de mulheres que estão motivadas para uma situação de mudança, que numa fase de transição não têm onde habitar.

Nas instalações do lar (porque não temos outro espaço) funcionam:

- Uma cantina;
- Serviços de apoio;
- Pronto- a- vestir social.

Pagam mensalmente 25 € pelo quarto e 70 cêntimos por refeição. Esta comparticipação tem um valor simbólico. É proporcional ao subsídio de trabalho que recebem na oficina, mas tem fundamentalmente um objectivo pedagógico - a consciencialização das estagiárias¹ para os seus direitos e deveres.

¹ A terminologia é integradora. Um estágio é um período de tempo em que se aprendem coisas novas. Por isso designa-se por estágio o tempo de permanência no lar e oficinas, porque existe uma situação real de mudança. Também é uma forma de promover a igualdade, isto é, pessoas que se sentem marginalizadas passam a sentir-se iguais e entre iguais.

LAR

A equipa educativa constituída por uma coordenadora (assistente social) e três monitoras (psicóloga social, técnica de reabilitação e inserção e técnica de educação sócio-profissional) faz o acompanhamento psicossocial das estagiárias que envolve:

- O estudo - recolha de dados;
- O diagnóstico - reflexão sobre os factos e organização dos mesmos para formular uma explicação significativa;
- O tratamento ou acção construtiva - a obtenção de conclusões acerca de como e que acção se deve empreender em relação ao problema;
- A avaliação;
- O prognóstico;

que interagem no decorrer de um processo dinâmico de iniciação nas trajectórias de inserção. E exige, por parte dos técnicos, capacidade para estabelecer uma relação profissional, com o objectivo de mobilizar as capacidades e potencialidades de cada mulher e os recursos da comunidade (empowerment) apropriados para ajudá-la a enfrentar com maior eficácia os seus problemas internos e de adaptação social.

O acompanhamento social envolve também a intervenção do grupo em programas de actividades para que as mulheres possam estabelecer relações entre elas e com outras pessoas, para facultar oportunidades de “crescimento”, de acordo com as suas necessidades e capacidades com a finalidade de desenvolvimento individual e do grupo.

Estabelecemos uma relação de ajuda que consiste em “ tentar compreender o outro, do ponto de vista do outro” (Rogers C. 1983), e o ponto de vista do outro só pode ser apreendido facilitando-lhe a comunicação. “ Entendo por esta expressão (relações de ajuda) as relações nas quais uma das partes procura promover na outra o crescimento, a maturidade, um melhor funcionamento e uma maior capacidade de enfrentar a vida” (Rogers C. 1983).

A ajuda individualizada consiste em propiciar às mulheres condições para se bastarem a si próprias e isto só se consegue pela tomada de consciência dos próprios problemas, dos próprios recursos e possibilidades, tanto a nível material como a nível psicológico e social. E esta tomada de consciência só é possível através do diálogo, da comunicação e da capacidade dos técnicos de saberem:

- Ouvir (escutar);
- Compreender;
- Aceitar a mulher como pessoa única e singular;

numa relação em que têm uma atitude;

- ❖ Não directiva ou semi-directiva;
- ❖ Em que se parte do ponto de vista do outro;

LAR

- ❖ Em que se respeita o ritmo da própria mulher – sempre e em permanente acolhimento do que é expresso pela mulher (autodeterminação).

As jovens e mulheres quando pedem apoio desejam ser reconhecidas e acolhidas onde estão, como são, com os seus problemas, os seus conflitos, as suas revoltas e se tivermos uma relação profissional de ajuda, tornam-se capazes de assumir progressivamente a sua própria vida.

A ajuda situa-se “no agora e no aqui” da comunicação da pessoa, porque são as primeiras comunicações o ponto de partida da primeira entrevista, mesmo que o que a mulher expresse não seja o seu problema principal.

A atitude de acolhimento obriga a dar e centrar a atenção na mulher em relação com o seu problema ou dificuldade e não apenas no problema ou na pessoa. Ela pede ajuda, porque tem um problema que não sabe como resolver e que pode condicionar o seu comportamento.

A nossa forma de agir não é julgar, nem condenar (senão não somos profissionais), mas, sim, compreender e acreditar nas capacidades e potencialidades que todos os seres humanos têm para a sua realização e de serem reconhecidos no seu valor pessoal. É numa relação igualitária que a intervenção se desenvolve.

As mulheres que acompanhamos são apenas diferentes de nós pela condição social em que se encontram, pelo seu percurso de vida e qualquer um de nós poderia estar em circunstâncias semelhantes, ter os mesmos problemas ter os mesmos comportamentos se as nossas condições de vida tivessem sido semelhantes à das pessoas com quem trabalhamos.

O problema do quotidiano no lar reside “no que há para fazer e como fazê-lo”. A equipa técnica tem de ter conhecimentos que a capacitem para compreender a natureza dos problemas das mulheres e da Instituição na sua interação recíproca, uma ética profissional e uma intenção e aptidão para ajudar.

De acordo com Helen Harris Perlman o trabalho social individualizado é um processo utilizado por algumas instituições, com o objectivo de fomentar o bem-estar público e onde um trabalhador social ajuda o indivíduo a enfrentar com mais eficácia os seus problemas de adaptação social.

Esta definição abrange quatro elementos essenciais do estudo social individualizado nas suas relações recíprocas:

- ✚ Uma pessoa que tem
- ✚ Um problema recorre a
- ✚ Um lugar onde um profissional encarregado desta tarefa a atende e procura ajudá-la mediante
- ✚ Um processo determinado.

LAR

Quem é esta pessoa?

Mulheres prostituídas que desejam uma situação de mudança, uma alternativa à prostituição.

Qual é o problema?

O problema consiste num obstáculo, uma necessidade ou uma acumulação de frustrações ou inaptações e, às vezes, de todos estes factores juntos que representam uma ameaça ou que impedem a adequação vital da mulher, e/ou os seus esforços não são suficientes para poder por si resolver o problema.

Qual é o lugar?

É uma IPSS que tem por objectivo a promoção humana e social de mulheres vítimas de prostituição.

Em que consiste o processo?

O processo consiste numa interacção progressiva entre o profissional que ajuda e a mulher. Compreende uma série de operações de resolução de problemas integrados numa relação significativa. O objectivo do processo está nos seus meios: apoiar a mulher fomentando a sua eficácia para enfrentar os seus problemas e agindo sobre o problema para ajudar a resolvê-lo ou a diminuir os seus efeitos.

O profissional deve saber captar a natureza da pessoa, a natureza do problema, a filosofia da Instituição na sua constante interacção para poder considerar e analisar o processo numa estrutura dinâmica e, principalmente, da sua utilidade para a pessoa que precisa de ajuda.

Para compreender o que deve incluir o processo no seu aspecto de ajuda, é necessário considerar os tipos de bloqueio que uma mulher pode ter no seu esforço para resolver os seus problemas:

- O problema pode afectar vitalmente a actuação social da pessoa;
- A natureza dinâmica do problema colocado pela mulher obriga o profissional a seleccionar só alguns aspectos do mesmo como unidade de trabalho, para seguir uma ordem de sucessão, ainda que a compreensão do problema tenha um carácter global.

Na eleição do centro da atenção do problema intervêm três factores:

- O que a mulher deseja e necessita;
- O que o profissional considera soluções possíveis e desejáveis;

LAR

- Aquilo que a Instituição pode oferecer;

Os problemas que surgem e que dão lugar a uma inadaptação social podem suscitar ou pôr em relevo outros problemas em sectores conexos da vida da mulher, isto é, podem originar “ reacções em cadeia “.

Tudo o que afecta ou modifica um aspecto da sua vida reflecte-se nos outros aspectos.

Todo o problema que afecta uma pessoa tem componentes subjectivas e objectivas, o que significa que o esforço que uma pessoa faz para resolver os seus problemas depende, em grande parte, dos sentimentos em relação a eles.

Os aspectos externos (objectivo) e interno (subjectivo) do problema não só coexistem, mas, além disso, um pode ser a causa do outro.

O contexto social, as circunstâncias em que as mulheres vivem e / ou viveram têm repercussões no “ interno “, no íntimo delas próprias e as condições que se processam no seu íntimo influenciam as condições exteriores, que se manifestam no seu comportamento.

Qualquer que seja a natureza do problema colocado pela mulher que pede ajuda vai sempre acompanhado pelo problema da sua dificuldade em resolvê-lo por si própria, isto é pelo facto de ter que pedir ajuda e aceitá-la, e este mal - estar tem que ser compreendido pelo profissional.

Para algumas mulheres que já tiveram experiências negativas em pedidos de ajuda, pelo facto de serem prostituídas e pela condenação que alguns técnicos mesmo que não verbalizem lhes transmitem é, por vezes, humilhante terem de pedir apoio, porque não sabem se vão ser compreendidas e aceites ou rejeitadas e condenadas.

“ Até pegar no telefone para marcar uma entrevista me custa, porque não sei se a pessoa que está no outro lado me vai tratar como uma pessoa ou como uma puta”.

Assim a primeira entrevista inicia-se com uma atitude de aceitação e de compreensão por parte do profissional e logo que a mulher capta esta atitude começa a confiar expondo a sua história de vida, e o relacionamento empático que se gera, fá-la vivenciar uma situação de segurança, porque sente que o técnico não só deseja ajudá-la, mas que sabe como fazê-lo. Ajuda-a a reflectir sobre si própria e o seu problema e, em conjunto, vão encontrando soluções.

Baseando-se nos factos do problema e nas respostas verbais e não verbais e atitudes da jovem ou da mulher, o técnico estuda os recursos internos e externos de que ela dispõe para resolver os seus problemas.

LAR

Para compreender se a rapariga está motivada para receber a ajuda da Instituição, o profissional faz duas coisas:

- Explica o que é o Lar, responde às suas perguntas, mesmo as não formuladas, sobre o apoio que a Instituição pode prestar-lhe e
- Ajuda-a a tomar a decisão de comprometer-se a colaborar com o lar.

A mulher, angustiada com os seus problemas e insegura em relação à mudança que deseja, pode manifestar incertezas e insegurança, se aceita ou não a ajuda, os meios e os fins que o profissional e a Instituição lhe podem oferecer. E como só existe verdadeira participação quando a decisão é livre, o técnico tem que deixar para a mulher a decisão se deseja ou não aceitar o que a Instituição lhe oferece.

LAR

Este problema surge na fase inicial do processo:

- Enfrentar e aceitar a verdade que para os seus problemas não existem “receitas” e, portanto compreender que tem de empreender com a Instituição a tarefa de adaptação que implica o processo de resolução de problemas. O que deve estar presente é que é necessário ajudar a mulher a compreender e a experimentar o que deseja saber
- Que está num local onde a escutam, onde pode ser ajudada e onde se ajudam as pessoas com problemas semelhantes aos seus, e a mulher pode decidir se deseja ou não comprometer-se a utilizar os recursos da Instituição sendo co-agente no processo de mudança.

Considerando sempre cada pessoa “única e singular”, o conteúdo do processo apresenta certo tipo de dados que são constantes e que constituem os dados do estudo e que implica a averiguação de factos que podemos sintetizar nos seguintes:

1. Natureza do problema exposto - Quais são as circunstâncias da dificuldade que se coloca à mulher? Quais os obstáculos que deseja ultrapassar ou os fins que pretende alcançar?
2. **Importância** do problema - O que significa o problema para a mulher? Quais são as consequências sobre o seu bem estar psicológico e social? Que valor tem o problema para ela?
3. Causa (s) e factores precipitadores do problema - Como surgiu a dificuldade? Que factores contribuíram para o seu progresso? Quais são as interacções que intervieram na situação (causa-efeito, efeito-causa)?
4. Esforços realizados para resolver o problema - Que pensou fazer ou tentou fazer por si própria ou com o apoio de outras pessoas para enfrentar e resolver o problema? Que solução deseja? Qual tem sido o seu comportamento no que diz respeito à resolução do problema? Com que recursos conta dentro de si e da comunidade (rede social)?
5. Natureza da solução ou fins que pretende encontrar na Instituição - O que é que a motivou conscientemente a vir à Instituição pedir ajuda?
6. Que ideias tem sobre o que deseja e espera da Instituição e que colaboração pretende dar. De um modo geral vai com a expectativa da resolução do problema. Ajudá-la-ão ou não a conseguir o que deseja?

O profissional tem que ter em conta a natureza de O Ninho e os meios que tem em relação à pessoa e ao seu problema.

Como e o que pode fazer esta Instituição para ajudar esta pessoa? Que recursos pode oferecer? Que requisitos deve exigir da mulher?

A consideração destes factores proporcionam ao profissional e à mulher uma visão conjunta dos seus respectivos papéis e as etapas a percorrer para a resolução do problema.

LAR

O técnico porque tem conhecimentos, porque analisa os factos objectivos e subjectivos, vai elaborar conclusões provisórias sobre a natureza do problema e da pessoa (com direito à sua intimidade e a autodeterminar-se), sobre a vontade (capacidade e potencialidade) para comprometer-se na resolução do problema - o diagnóstico.

Diagnosticar é atribuir significado ao problema. Não implica que o técnico participe tudo quanto sabe e percebe, porque é penoso ou inútil para a pessoa que pede ajuda (porque o indivíduo só reconhece alguns factos do problema).

A participação do indivíduo consiste em considerar fundamentalmente as ideias referentes aos factos, ideias que determinam o que se deve considerar e fazer.

Por vezes não é fácil, através apenas da pessoa que pede apoio, ter o conhecimento real da sua situação e, por isso, é necessário complementar os factos para proporcionar à mulher uma ajuda mais eficaz e recorre-se a fontes complementares de informação.

Quando é preciso recorrer a outros testemunhos ou documentos é necessário que a mulher participe, fazendo-lhe compreender e sentir que o objectivo é poder construir com ela uma ajuda mais efectiva.

Se a mulher não concorda com essa “busca” de informação, o profissional não pode fazê-lo, mesmo que, isso leve a pessoa a desistir da ajuda.

Mas não podemos esquecer que podem existir sentimentos ambivalentes e medo de enfrentar a mudança. A sua participação será maior ou menor consoante acredite ou não que vai conseguir o que deseja.

Só quando sabe (tem conhecimento) o que escolhe, ela pode decidir com liberdade colaborar com a Instituição, que respeita a sua autodeterminação.

O processo de ajuda implica também uma abordagem sistémica que não significa uma terapia familiar, mas implica ter em conta o contexto da Instituição, olhar a pessoa e a sua família “como competente”, (Ausloss, G. 1996) considerar que são a família (mulher e filhos) e o seu meio que possuem a informação que vai permitir encontrar a solução.

Esta abordagem exige que se acredite nas mulheres nas suas capacidades de mudança e de evolução. É necessário fazer emergir potencialidades inesperadas e acreditar que o sentido da vida mostra-se continuamente renovado. É nesta dialéctica mulher, enquadramento social e Instituição que está o caminhar progressivo para a (re) integração social.

O processo leva tempo. É necessário reflectir sobre o tempo, porque uma pessoa precisa de tempo para experimentar mudar. (Ausloss, G 1996)

E o tempo necessário para experimentar a mudança e consegui-la depende de cada pessoa e, respeitar esse tempo, é fundamental para o sucesso da ajuda para a integração social.

LAR

Apesar de o Lar ser uma residência temporária, não existe tempo definido, de permanência, pois depende da avaliação de cada mulher, do tempo que ela precisa para se reorganizar, e da possibilidade de encontrar quarto com preço compatível com a remuneração auferida, mesmo nas situações em que já estão no mundo laboral.

Fazemos um trabalho em rede, articulando com os recursos comunitários existentes:

- Creches, jardins de infância, escolas, ocupação de tempos livres para a integração das crianças nestas estruturas, para as mães poderem trabalhar;
- Recurso a amas, durante o dia, quando não existem vagas nas estruturas adequadas;
- Recurso pontual a internatos, quando a mãe necessita de “um tempo” para se “organizar internamente” ou quando da impossibilidade de alugar uma casa, “sonho” de todas as mulheres que acompanhamos;
- Trabalho conjunto com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e com os Centros Regionais de Segurança Social para o estudo da situação, quando é necessário um subsídio complementar para as mulheres poderem sobreviver com dignidade. (Este subsídio é cancelado quando a situação da mulher se altera e ela pode viver sem esse recurso);
- Articulação com os Centros de Saúde e Hospitais para a prevenção da doença e tratamento;
- Articulação com a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo para análise e avaliação de situações que exigem a intervenção da Comissão;
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;
- Tribunais;
- Câmara Municipal de Lisboa;
- Juntas de Freguesia;
- Centros de Emprego,

entre outros recursos disponíveis e indispensáveis no apoio que as raparigas, mulheres e seus filhos necessitam.

Dar a conhecer os recursos existentes e ensinar a utilizá-los é trabalhado com as mulheres e, na fase inicial do processo, acompanhamo-las, isto é, vamos com elas aos serviços, porque necessitam de aprender “como fazer” e a ultrapassar as dificuldades que muitas vezes surgem.

O estigma de ter sido prostituída permanece ao longo da sua vida, o medo de ser rejeitada, de ser maltratada é um sentimento que persiste e, muitas vezes depois de já terem feito o percurso da aprendizagem da utilização dos recursos, solicitam o nosso apoio porque se sentem mais confiantes e seguras para “enfrentarem” as situações complexas que vão surgindo na sua vida.

Promovemos reuniões entre as estagiárias com a presença dos técnicos, como facilitadores da comunicação, com diversos objectivos:

LAR

- Gerir conflitos e mal entendidos;
- Estimular a participação com respeito mútuo;
- Promover a liberdade de opinião sobre a “ vida institucional” e tomada de decisões;
- Reforçar a cooperação;
- Facilitar a expressão de sentimentos;
- Organizar e programar actividades;
- Estabelecer e discutir regras (são elaboradas pelas estagiárias podendo ser sujeitas a negociação e alteração);
- Implicar cada membro do grupo no acolhimento de uma nova estagiária de modo a permitir o relacionamento positivo, para que se passe a sentir membro integrante do grupo, aceite por ele e que nas suas atitudes o tenha em conta.

O Lar funciona das 9h da manhã às 23 h, todos os dias, incluindo feriados, fins-de-semana, Páscoa, Natal e Ano Novo. (com a presença de técnicos). Entre as 23h e as 9h as residentes ficam responsáveis pelo espaço e não é permitida a entrada de pessoas do exterior.

O objectivo deste horário é fazer do Lar um espaço aberto para o convívio e para a participação, quebrando o isolamento em que muitas mulheres se encontram, funcionando como um sistema familiar.

A equipa técnica do lar faz o acompanhamento psicossocial das estagiárias, das mulheres que não estão no lar e que já estão integradas no mercado de trabalho e também daquelas que frequentam cursos de formação profissional.

No acompanhamento, integram-se também visitas domiciliárias, que dão a possibilidade de ver a situação habitacional, compreender as condições em que vivem e quais as dificuldades com que se debatem.

De um modo geral, a mulher prostituída faz um corte com a família de origem, porque lhe oculta a vida que faz. Quando está no Ninho (lar e/ou oficinas) procura reatar os laços com a família, porque se sente numa situação de mudança.

É frequente as raparigas solicitarem o apoio e o acompanhamento dos técnicos na realização dos primeiros contactos. Dá-lhes segurança e podem dizer que trabalham connosco, o que corresponde à sua actual realidade.

A “vida” anterior era outra e na eventualidade de uma visita à família inventavam um trabalho que não correspondia à sua verdadeira situação. A nossa presença faz reforçar perante ela própria o trabalho real que tem, repondo a verdade a si mesma e à sua família.

Promovemos actividades culturais que proporcionam e despertam as estagiárias para novas experiências e realidades, ajudando-as a conhecer, compreender, reflectir, questionar novos conhecimentos aos quais não tinham tido acesso.

LAR

Na prostituição ganha-se ao dia e gasta-se ao dia (a pensão é paga ao dia, a ama dos filhos é paga ao dia, a refeição, o chulo ...) e, numa situação de mudança, têm que aprender a gerir o dinheiro. Agora e no futuro têm de distribuir o que ganham por um período mais longo - um mês.

Os técnicos ajudam na gestão do dinheiro estabelecendo com elas as prioridades dos gastos, de acordo com as disponibilidades financeiras que têm agora.

Com uma finalidade pedagógica, o Lar e as Oficinas funcionam em espaços diferentes para proporcionar uma situação semelhante às pessoas que trabalham, e com o mesmo objectivo o Lar tem uma Cantina.

A Cantina é um lugar de aprendizagem sob a responsabilidade de uma monitora (psicóloga social) que ensina três estagiárias na confecção de refeições para as mulheres e seus filhos e equipa técnica do Lar.

As mulheres que estão na cantina transitam da Oficina, consoante a avaliação do seu desempenho, e o estágio na Cantina é sentido como uma “promoção” na medida em que é considerado uma pré-formação profissional e, conseqüentemente, uma valorização pessoal.

O facto de fazerem as refeições para os técnicos e colegas é factor de reconhecimento das suas capacidades.

Constitui um reforço na aquisição de competências. Participam na compra dos géneros alimentares, na elaboração das ementas, na conservação e aproveitamento dos alimentos. Em resumo, são co-responsáveis pela gestão das tarefas inerentes ao bom funcionamento de uma cantina.